



**Prefeitura Municipal de  
Coronel Barros**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Lei nº 538, 11 de dezembro de 2001.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO RATIFICAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA DO RIO GRANDE DO SUL, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO – DETRAN/RS E DA BRIGADA MILITAR E D[A OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**OLIVAR SCHERER, Prefeito Municipal de Coronel Barros, Estado do Rio Grande do Sul.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art.1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a ratificar o convênio com a Secretaria da Justiça e da segurança do Rio Grande do Sul através do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS e da Brigada Militar, com a interveniência da Federação das Associações de Município do Rio Grande do Sul-FAMURS, com base no disposto do artigo vinte e cinco da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997.

Parágrafo único – Uma cópia do convênio será parte integrante da presente Lei.


**Art.2º.** O prazo de vigência do presente convênio será de 5 anos.

**Art.3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL BARROS, em sete de dezembro de dois mil e um.**

Registre-se e Publique-se

  
**Bianor Pires,**  
Sec.Mun.Adm.Planej.Finan.

  
**Olivar Scherer,**  
Prefeito

CERTIFICO QUE A PRESENTE LEI  
FOI PUBLIADA NO LUGAR DE  
COTUMELM 11/12/01

*M. Fischer*

MARLA FISCHER  
OFFICIAL A.C.M. (T)ATIVO  
CPF N.º 758202100-87



## Prefeitura Municipal de Coronel Barros

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Convênio que entre si celebram a SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA DO RIO GRANDE DO SUL através do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/RS e da BRIGADA MILITAR e o Município de*

*com a interveniência da FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL — FAMURS com base no disposto do artigo 25 da Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.*

A SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA neste ato representada por seu Secretário de Estado, **Jose Paulo Bisol** através do Departamento Estadual de Trânsito e da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul neste ato representados por seu Diretor-Presidente, **Mauri Cruz** e seu Comandante Geral **CeL Gerson Nunes Pereira**, respectivamente, e Município de Uma Cidade dos Gaúchos, neste ato representado por seu Prefeito, **Gaudé rio Hospitaleiro**, com a interveniência da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, **Taufik Badui Germanos Neto**, celebram o presente Convênio mediante as cláusulas e condições que seguem.

### Cláusula Primeira DO OBJETO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. O presente Convênio tem por objeto:

a) delegar competência à **BRIGADA MILITAR**, para exercer, na circunscrição territorial do **MUNICÍPIO**, a operação e fiscalização do trânsito de veículos automotores e de tração animal, a promoção da segurança de pedestres e ciclistas, bem como as competências originária previstas nos incisos VI, VII, VIII e XX do artigo 24 do Código de Trânsito Brasileiro, distribuídas conforme a Resolução N.º 66/CONTRAN, de 23-09-98;

b) delegar ao **DETRAN/RS** os procedimentos de digitação, emissão da notificação, o processo de arrecadação e de repasse dos valores decorrentes da cobrança de multas por infração de trânsito de competência do **MUNICÍPIO** aplicadas na circunscrição territorial deste.

### Cláusula Segunda DA OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E AUTUAÇÃO

1. Cabe à **BRIGADA MILITAR** executar a operação do trânsito e circulação de veículos, pedestres, ciclistas e animais, em todo território do município.



## **Prefeitura Municipal de Coronel Barros**

**2. Sempre que for constatado o cometimento de infrações de trânsito de competência do Órgão Executivo de trânsito Municipal a BRIGADA MILITAR, no exercício do poder de fiscalização delegado pelo Município, lavrará o Auto de infração de Trânsito — AIT**

3. A BRIGADA MILITAR, no exercício do poder de fiscalização delegado pelo MUNICÍPIO, fiscalizará o trânsito, lavrando os Autos de Infração de Trânsito exclusivamente nos talonários, equipamentos e formulários fornecidos pelo DETRAN/RS.

4. Em cada Auto de Infração de Trânsito será descrita apenas uma infração, mesmo que haja, simultaneamente, multiplicidade de infrações.

5. O DETRAN/RS fornecerá à BRIGADA MILITAR os talonários, equipamentos e formulários padronizados para a autuação das infrações de trânsito e para a adoção das medidas administrativas previstas na legislação.

### **Cláusula Terceira**

#### **DA HOMOLOGAÇÃO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRANSITO**

1. Após o preenchimento a BRIGADA MILITAR enviará ao DETRAN/RS, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do cometimento da infração, os autos de infrações de trânsito de competência municipal conforme a Resolução 66/98 do CONTRAN, acompanhados dos demais documentos, para fins de lançamento no Sistema Integrado de Trânsito — SIT e demais providências necessárias.

2. O envio dos documentos referidos no item anterior deverá ser feito via SEDEX ou outro meio que garanta a comprovação da entrega.

3. O DETRAN/RS disponibilizará ao Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento os autos de infração de trânsito devidamente lançados no Sistema Integrado de Trânsito — SIT para análise, homologação e demais providências legais.

4. A autoridade de trânsito municipal analisará a consistência dos autos de infrações de trânsito de sua competência, decidindo fundamentadamente pela homologação ou não para fins de registro e de conclusão do ato administrativo.

### **Cláusula Quarta**

#### **DO LANÇAMENTO DOS AITs NO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSITO - SIT**

1. O Município lançará no Sistema Integrado de Trânsito — SIT a homologação dos autos de infração de trânsito no prazo de 10 (dez) dias úteis da disponibilização pelo DETRAN/RS dos autos de infração de trânsito.

2. A não homologação do Auto de Infração de Trânsito ou a imposição da penalidade de advertência por escrito, na forma do art. 267 do CTB, também serão lançadas pelo Município no Sistema Integrado de Trânsito — SIT para fins de registro e controle.



## Prefeitura Municipal de Coronel Barros

3. O DETRAN/RS disponibilizará aos convenientes o acesso ao Sistema Integrado de Trânsito — SIT fornecendo senhas de administrador aos técnicos indicados pelas partes, promovendo o treinamento necessário para a implantação do Sistema de Controle de Acesso — SCA e do Sistema de Infrações de Trânsito.

4. O DETRAN/RS disponibilizará no Sistema Integrado de Trânsito - SIT, de forma digitalizada, para consulta dos convenientes, os Autos de Infrações de Trânsito recebidos em razão da competência exclusiva ou comum, quando lavrados pelos agentes da BRIGADA MILITAR.

5. Os convenientes comprometem-se a utilizar exclusivamente o Sistema Integrado de Trânsito — SIT para atender ao objeto deste convênio e a guardar o sigilo das informações que lhe forem disponibilizadas.

### Cláusula Quinta

#### DO PROCESSO DE NOTIFICAÇÃO

1. Após a homologação dos Autos de Infração de Trânsito no Sistema Integrado de Trânsito — SIT., o MUNICÍPIOS através do DETRAN/RS, enviará o documento de Notificação da Infração de Trânsito, no prazo legal, por meio hábil e que garanta o conhecimento do autuado da notificação e da penalidade a ele imposta na forma da lei.

2. O DETRAN/RS viabilizará a remessa da Notificação da Infração de Trânsito — NIT em horários variados para facilitar a entrega, e manterá cadastro contendo dia, hora e responsável pelo recebimento da mesma.

3. Nos casos onde o condutor ou o proprietário não forem encontrados o DETRAN/RS publicará edital de notificação nas formas da lei.

### Cláusula Sexta

#### DO JULGAMENTO DOS RECURSOS DE INFRAÇÃO

1. O MUNICÍPIO manterá em funcionamento Junta Administrativa de Infrações de Trânsito em conformidade com o artigo 16 do Código de Trânsito Brasileiro e artigo 2~ da Resolução N.º 064/98 do CONTRAN, para o julgamento de recursos administrativos contra multas e penalidades de trânsito aplicadas pela autoridade de trânsito municipal.

2. O DETRAN/RS disponibilizará no Sistema Integrado de Trânsito — SIT os meios necessários para o cadastramento dos recursos administrativos contra aplicação de multas e penalidades de trânsito aplicados pela autoridade de trânsito municipal visando o controle do andamento, da quantidade e do tempo de julgamento de recursos, a suspensão dos autos de infrações de trânsito de acordo com o disposto no parágrafo 3~ do artigo 285 do CTB e a divulgação da decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Trânsito.



**Prefeitura Municipal de  
Coronel Barros**

**Cláusula Sétima DO RIO GRANDE DO SUL  
DO PAGAMENTO DE MULTAS**

1. As multas abrangidas por este Convênio serão pagas pelo usuário diretamente nas agências do sistema bancário autorizado pelo DETRAN/RS, e a arrecadação será depositada na conta especial FAMURS/MULTAS, mantida junto Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL.

**Cláusula Oitava**

**DO REPASSE DOS VALORES E DO RESSARCIMENTO DAS DESPESAS**

1. O valor das multas será distribuído da seguinte forma:

1.1. 5% (cinco por cento) do total arrecadado destinado ao Fundo Nacional para Promoção da Segurança e Educação de Trânsito — FUNSET, na forma do art. 320, parágrafo único do CTB, cujo procedimento está regulado pela Resolução N.º 10198 do CONTRAN.

1.2. R\$ 15,00 (quinze reais) para cada notificação emitida sem fotografia e R\$ 16,00 (dezesesseis reais) para cada notificação com fotografia ao **DETRAN/RS**, como remuneração por serviço administrativo, incluindo a digitação e/ou digitalização do auto de infração, processamento e emissão da notificação.

2. O valor restante será repassado da seguinte forma:

2.1. 50% (cinquenta por cento) à BRIGADA MILITAR em contrapartida do serviço de fiscalização, através do Fundo Especial de Segurança Pública/BM.

2.2. 20% (vinte por cento) para o reaparelhamento da BRIGADA MILITAR, sob a coordenação do DETRAN — RS, sendo utilizados exclusivamente para atividades ligadas ao trânsito, nos termos do Art. 320 do CTB.

2.3. 30% (trinta por cento) ao MUNICÍPIO, mediante transferência direta de depósito da conta especial (FAMURSIMULTASY, para uma conta específica mantida pela Município junta ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL.

3. Quando a autoridade de trânsito do Município optar por converter a multa em penalidade de advertência por escrito, nos termos do Art. 267 do CTB será devido ao DETRAN/RS o valor mencionado no item "1.2~".

4. O ressarcimento dos valores mencionados no item anterior será cobrado pelo DETRAN/RS através de débito específico lançado sobre o montante de



## **Prefeitura Municipal de Coronel Barros**

recursos a quem tem direito o Município, procedendo a devida identificação no demonstrativo mensal de repasses.

5. O DETRAN/RS adotará as medidas necessárias para a compensação de valores de multas recolhidas e outras providências, sempre que forem providos recursos administrativos ou judiciais.

6. Os valores previstos no item 2.3 desta cláusula serão repassados ao MUNICÍPIO nas quartas e sextas-feiras~ sendo que o valores creditados nas quartas- feiras será o resultado do montante arrecadado nas quartas, quintas e sextas-feiras da semana anterior e os valores creditados nas sexta-feiras será o referente aos valores arrecadados nas segundas e terças da mesma semana.

7. Em caso de autuação por parte da BRIGADA MILITAR a veículos licenciados em outros estados da Federação, a contrapartida financeira de que trata a presente cláusula respeitará os acordos de reciprocidade mantido entre o DETRAN/RS e os respectivos órgãos de trânsito do estados sede do veículo, desde que não comprometa percentual superior a 30% da receita arrecadada, após deduzidos os valores do item "2" da presente cláusula.

### **Cláusula Nona DA VIGÊNCIA**

1. O presente Convênio vigorá pelo período de 60 (sessenta) meses podendo ser reeditado se esse for o interesse das partes.

### **Cláusula Décima DA RESCISAO**

1. A rescisão deste Convênio poderá ser feita unilateralmente por qualquer das partes, mediante comunicação formal, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data em que se pretenda vê-lo extinto, ou ainda a qualquer tempo se ocorrer descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou situação superveniente que torne impraticável sua consecução.

### **Cláusula Décima Primeira DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Os convenentes receberão os recursos de infrações de trânsito interpostos pelos recorrentes, protocolizando e encaminhando ao órgão de trânsito competente para instrução julgamento, conforme previsto no art. 285, § 20. do CTB.

2. O Município designará representante para a supervisão e fiscalização da execução do presente convênio.

3. Os convenentes agirão solidariamente para viabilizar da melhor forma possível a prestação dos serviços delegados através deste convênio.



## **Prefeitura Municipal de Coronel Barros**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Município de Coronel Barros

O Município assumirá direta ou indiretamente a remoção de veículos recolhidos em decorrência de infração de trânsito de sua competência, assim como definir local para a guarda, informando o mesmo ao DETRAN/RS para efeitos de cadastro.

5. Mensalmente será elaborado pelo DETRAN/RS demonstrativo mensal com os lançamentos das multas para efeitos de controle administrativo e contábil, estabelecendo acordo com a FAMURS para envio dos demonstrativos aos Municípios.

6. Sem prejuízo do que estabelecem às cláusulas do presente convênio, ficam convalidados os atos de cooperação praticados até a presente data com base em ajustes anteriores e na prática de cooperação entre as partes.

### **Cláusula Décima Segunda DA PUBLICIDADE**

1. O extrato deste convênio será publicado pelo DETRAN/RS no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul no prazo de 30 dias a partir da data de sua assinatura.

### **Cláusula Décima Terceira DO FORO**

1. O foro deste convênio é o de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande

E assim ajustadas, firmam este convênio as partes e os intervenientes.